

PARECER DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO		
ORGÃO REPASSADOR	MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA	
ENTIDADE BENEFICIADA	Abrigo Albertina Berkembrock	

EMPENHO	Liquidação 502/2025	DATA EMPENHO	03/03/2025
CONVÊNIO	34/2023	VIGÊNCIA	01/01/2025 a 31/12/2025
ADITIVO		VIGÊNCIA ADITIVO	
DATA LIBERAÇÃO	03/03/2025	VALOR	R\$ 7.343,86

OBJETO DA PARCERIA

(PETROLÂNDIA) REPASSE DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ALBERTINA BERBENBROCK, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, DESTINADO A EXECUÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NA MODALIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O EXERCÍCIO DE 2025

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA PRESTÃO DE CONTAS

ITEM VERIFICADO	NORMAL LEGAL	APLICAÇÃO
Consta o ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da OSC?		Sim
A prestação de contas foi entregue no prazo legal?		Não
A prestação de contas está organizada por parcela, em folha A-4 e numerada?	TCE/SC - IN 33/2024, art. 5º	Sim
Consta no processo cópia da Nota de Empenho?		Sim
As despesas foram efetuadas após a emissão da nota de empenho?	Lei 4.320 – art. 60	Sim
Consta do relatório de execução financeira Balancete?	TCE/SC - IN 33/2024 – Anexo VI – Item II	Sim
Consta parecer do Conselho Fiscal pelos conselheiros fiscais?	TCE/SC - IN 33/2024 – Anexo VI Item III	Sim
Consta a declaração de cumprimento do objeto?	TCE/SC - IN 33/2024 - Anexo VI – Item XII	Sim
Consta a declaração de recebimento por parte do recebedor?	TCE/SC	Sim
Consta o extrato de conta bancária com movimentação completa do período?	TCE/SC - IN 33/2024, - Anexo VI - Item VI	Sim
Os recursos foram depositados em conta bancária específica?	TCE/SC - IN 33/2024, art. 32 Lei 13.019 – Art. 51	Sim
Houve aplicação financeira dos recursos com prazo superior a 30 dias?	TCE/SC - IN 33/2024, art. 34 Lei 13.019 – Art. 51	Não se aplica
Houve devolução do saldo remanescente?	TCE/SC - IN 33/2024, Anexo VI – Item IX Lei 13.019 – Art. 52	Não se aplica
Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas?	TCE/SC - IN 33/2024 – Anexo VI - Item VIII	Sim
Os documentos fiscais da execução da despesa estão no nome da OSC?		Sim
O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	TCE/SC - IN 33/2024, art. 36 - II	Sim
O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	TCE/SC - IN 33/2024, art. 36 - III	Sim

ITEM VERIFICADO	NORMAL LEGAL	APLICAÇÃO
Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	TCE/SC - IN 33/2024 - Anexo VI - Item X	Sim
É possível afirmar que não há evidências de irregularidade na aplicação da parcela?	Lei 13.019 – Art. 48	Sim
É possível afirmar que não houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos?	Lei 13.019 – Art. 48	Sim
As despesas estão em acordo com o previsto no plano de trabalho?	Lei 13.019 – Art. 64 § 4º TCE/SC - IN 33/2024, art. 45 – Parágrafo Único – Item III	Sim
Foi apresentado prestação de contas da parcela anterior?	Lei 13.019 – Art. 49	Sim

OBSERVAÇÃO

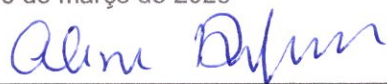
CONCLUSÃO

A Comissão de Avaliação e Monitoramento, após analisar os documentos apresentados na **PRESTAÇÃO DE CONTAS** da parcela acima identificada, não constatou **nenhuma irregularidade**, não havendo portanto a necessidade de recomendações para o **ÓRGÃO REPASSADOR** e para a **ENTIDADE BENEFICIADA**.

Diante disso, concluímos pela a mesma pode ser considerada **APROVADA SEM RESSALVAS**.

Após a assinatura a mesma será encaminhada para os procedimentos necessários cabíveis.

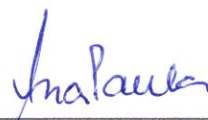
PETROLANDIA, 26 de março de 2025



Aline Defreyn



Solange Schappo



Ana Paula M. Henn Vanderlinde